



Foto: Cecília Figueirigo/ANA

CARTA EM DEFESA DOS DIREITOS DE CONSULTA E AUTODEFINIÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONTRA O PDL 177/2021

*Projeto de Decreto Legislativo (PDL) pode autorizar
Presidente da República a denunciar a Convenção
169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)*



GTBiodiversidade
ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA



sbee

sociedade brasileira de etnobiologia e etnoecologia

- Um dos principais instrumentos de luta dos nossos povos e comunidades tradicionais, que fundamenta a defesa dos seus modos de vida e territórios, é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002. Representa a adesão brasileira a um tratado que vem sendo construído desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (1966), entre outros instrumentos internacionais sobre a prevenção de todas as formas de discriminação e discutido no âmbito do “Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas”, criado em 1982 no interior da Subcomissão contra as Discriminações das Nações Unidas. Esse instrumento foi concebido no contexto do direito internacional, quando a visão assimilacionista dos povos indígenas e tradicionais estava sendo superada. Esta Convenção foi estabelecida com a colaboração entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como do Instituto Indigenista Interamericano.
- Neste contexto, a OIT 169 considera “a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais” e reconhece “as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões” e que “em diversas partes do mundo esses povos não podem gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos Estados onde moram e que suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sofrido erosão frequentemente”.



- Assim, esta Convenção reconhece e defende, dentre outros muitos aspectos:
 - o direito de autodefinição étnica;
 - a responsabilidade do Estado em desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade;
 - a necessidade de assegurar aos povos indígenas e tradicionais o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;
 - o desenvolvimento de medidas que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;
 - a gozo plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação;
 - e o direito de consulta “mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”.



- A Convenção 169 da OIT materializa a importância da garantia de Direitos Humanos e de defesa de grupos sociais fundamentais ao Brasil e ao mundo, evidenciando diversos outros aspectos relacionados a estes povos e comunidades tradicionais, como a manutenção e conservação da biodiversidade, a soberania e segurança alimentar e nutricional e o suporte e os processos ecossistêmicos que sustentam a vida, fundamentais para o atual momento de crise ambiental e civilizatória.
- Apesar da importância internacional e amplitude de seus desdobramentos, foi apresentado à Câmara dos Deputados Federais, no dia 27 de abril de 2021, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n. 177/2021, de autoria do Deputado Alceu Moreira (MDB/RS), que "autoriza ao Presidente da República para denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho". O principal argumento para a proposição deste PDL é que "a legislação brasileira não necessita de nenhuma complementação, pois é suficientemente protetiva aos indígenas (...) . Portanto, o documento jurídico internacional em questão não supera a nossa Constituição, tornando-o supérfluo". Além disso, o PDL considera que a OIT 169 restringe o acesso "do Poder Público e dos particulares nas terras indígenas sem o consentimento desses indivíduos, assim como o fato de se necessitar de prévia autorização para qualquer ação governamental na Terra Indígena, acaba por inviabilizar o projeto de crescimento do Brasil".



- Categoricamente, a justificativa do PDL coloca os povos indígenas como entraves ao desenvolvimento de nosso país. Uma leitura unilateral de desenvolvimento, em que a preocupação com a sustentabilidade não tem sido dimensionada, assim como a ideia de uma sociedade mais equitativa, com a redução da fome, da pobreza, entre outros itens, preconizado pelas diretrizes globais como as dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Foto: Bruno Kelly/ Amazônia Real

- O PDL se justifica em torno da categoria “povos indígenas”, o que, por um lado se justifica, haja vista a diversidade de etnias indígenas que ocupam o território brasileiro, conforme dados do Censo do IBGE, corresponde a 305 nações. No entanto, cabe ressaltar que, conforme a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040 de 2007), o Brasil abriga ainda um conjunto de outros grupos, os povos e comunidades tradicionais. A ausência desses grupos no PDL reforça a invisibilidade e exclusão a que estão submetidos, evidenciando a pertinência e a importância de dispositivos como a Convenção 169. Além disso, considerar que o Brasil já tem dispositivo legal suficiente para a defesa dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais demonstra a completa cegueira e insensibilidade dos propositores e de seus apoiadores diante das rotineiras situações de ataques e conflitos em terras indígenas, inúmeras comunidades atingidas por projetos minerários, rompimentos de barragens, da situação dramática de miséria e vulnerabilidade destes povos e comunidades, veiculadas cotidianamente pelos veículos de comunicação. Esse PDL leva o Brasil a se afastar mais uma vez de compromissos internacionais, podendo levar a maior crise internacional da imagem do país.

- O discurso desenvolvimentista é a marca histórica do genocídio dos povos indígenas e das violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Tem como único objetivo o acúmulo e concentração de renda à custa da degradação ambiental e do ataque aos direitos fundamentais da população historicamente marginalizada. A garantia dos direitos culturais e territoriais dos indígenas e povos e comunidade tradicionais não é o entrave para o desenvolvimento, mas, ao contrário, a sociobiodiversidade é a condição para que possamos superar a crise ecológica e socioeconômica que marca esse momento de nossa história.



Foto: Gilka Resende



- Diante dessa nova ameaça aos territórios e modos de vidas tradicionais fundamentais à construção de um país mais ético, igualitário, socioambientalmente justo e capaz de reconhecer a importância histórica, política, cultural, econômica e ecológica de sua diversidade cultural, somos contra o Projeto de Decreto Legislativo n. 177/2021.



Foto: Caio Santos/ANA

Também assinam:

- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
- Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação
- Associação Brasileira de Editores Científicos
- Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)

- Associação Brasileira de Linguística
- Associação Brasileira de Literatura Comparada
- Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas
 - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
 - Associação dos Geógrafos do Brasil
 - Associação Nacional de História
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
- Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia
- Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação
 - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Sustentabilidade e Ambientalização/ Universidade do Estado de São Paulo
 - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental/ Universidade Federal de Juiz de Fora
- Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais / Universidade Federal de Minas Gerais
 - Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais/ Instituto Federal Baiano
 - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos / Universidade Federal do Maranhão
- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica/ Universidade Federal do Pará
- Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo do Território dos Inconfidentes/ Universidade Federal de Ouro Preto
- Grupo de Pesquisa e Estudos em Materialismo Histórico Dialético e Educação/ Universidade de Brasília
 - Grupo de Pesquisa ReExisTerra/ Universidade Federal do Pará
- Grupo de Trabalho de Ancestralidade - Associação Brasileira de Agroecologia
 - Incubadora de Empreendimentos Solidários INCUBA/ Universidade Federal do Recôncavo Baiano
- Incubadora de Organizações Coletivas Autogestionárias Solidárias e Sustentáveis
 - Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora
 - Kaipora - Laboratório de Estudos Bioculturais / Universidade Estadual de Minas Gerais
 - LabNutrir / Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 - Laboratório de Ecologia da Polinização, Evolução e Conservação/ Universidade Estadual de Minas Gerais
- Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Laboratório de Estudos Territoriais / Universidade Federal de Viçosa

- Laboratório de Etnoecologia e Biodiversidade/
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
- LeMetro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares/
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular/
Universidade Federal do Oeste do Pará
- Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais/
Instituto Federal do Paraná
- Núcleo de Estudos Ambientais em Saúde e Trabalho /
Universidade Federal do Mato Grosso
- Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato/
Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- Núcleo de Pesquisa para Política CTS - Universidade de Brasília
- Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (Unimontes)
- Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/
Universidade Federal do Rio de Janeiro
 - Sociedade Brasileira de Ecotoxicologia
 - Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos
 - Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental
 - Sociedade Brasileira de História da Educação
 - Sociedade Brasileira de Ictiologia
 - Sociedade Brasileira de Lógica
 - Sociedade Brasileira de Matemática
 - Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional
 - Sociedade Brasileira de Microbiologia
 - Sociedade Brasileira de Ornitologia
 - Amigos da Terra Brasil
 - Aprofurg - Seção Sindical do ANDES-SN
 - Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto
 - Articulação de Mulheres Brasileiras (MS)
 - Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundos e Fechos de Pasto (BA)
 - Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado
 - Articulação Paulista de Agroecologia
 - Articulação PomerBR
 - Articulação Popular São Francisco Vivo
 - Articulação Promotores Populares Pelos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais
 - Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais
 - Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
 - Associação do Remanescente de Quilombo da Nazaré do Airi

- Associação Agroecológica Ecoletivo
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)
 - Associação Cedro - Centro de Estudos e Discussões Romani
 - Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul
 - Associação Comunidade Wotchimaücü
 - Associação Comunitária de Moradores e Pescadores
 - Associação Comunitária de Caprinocultura de Várzea Grande
 - Associação Comunitária de Manoel Joaquim de Souto Soares
- Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié (ACIMET)
 - Associação de Agricultores Alternativos
 - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR)
 - Associação de Fundo de Pasto
- Associação de Moradores Agroextrativistas e Indígenas do Tapajós (AMPRAVAT)
 - Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Óbidos
 - Associação dos Witoto do Alto Solimões (AWAS)
 - Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural (AIPAN)
 - Associação Nacional dos Servidores do Ibama/ AC
 - Associação Pomerana de Pancas (APOP - CNPCT)
 - Associação Retireiros e Retireiras do Araguaia
 - Associação Xaraiés
 - Buieié Projeto Social
- Central das Associações e Comunidades Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto da Região do Senhor do Bonfim (Fundo e Fecho de Pasto - CNPCT)
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM / CNPCT)
 - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes)
 - Chapa Potências Negras
 - Coletivo de Assessoria Cirandas
 - Coletivo Marias Vão Com as Outras Sim
 - Coletivo Sab-Territórios
 - Coletivo Tecendo Ideias
 - Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)
- Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX)
 - Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa
 - Comunidade Quilombola Vó Elvira (RS)
- Confederação Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras Marinhas (Extrativistas Marinho Costeiros - CNPCT)
 - Consulta Popular
 - Coofeliz
 - Coordenação Estadual da Federação Nacional das Associações Quilombolas (FENAQMS)
 - Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras

- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
 - Escola Mutungo de Capoeira Angola
 - Federação da Gleba Lago Grande (Feagle)
- Federação das Associações de Moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte (PA)
- Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores (as) Familiares do Estado do Pará
 - Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba
 - Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
- Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonascdbh)
 - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)
 - Fórum Popular da Natureza
 - Fundo de Pasto
 - Fundo e Fecho de Pasto
 - Grupo de Trabalho Amazônia (Ribeirinhos - CNPCT)
 - Instituto Bonfinense de Meio Ambiente e Educação Ambiental
 - Instituto Caracol
 - Instituto EQUIT
 - Instituto Giramundo Mutuando
 - Instituto IDhES
 - Instituto Mato Verdinho (Retireiros - CNPCT)
 - Instituto MIRA-SERRA
 - Juntos
 - Levante das Mulheres Fora Bolsonaro
 - Movimento Ambiental
 - Movimento Camponês Popular (MCP)
 - Movimento de Luta Comunitária (MLC)
 - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil (MST)
 - Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil)
 - Movimento Negro Unificado (MNU)
 - Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
 - Movimento Roessler para Defesa Ambiental
 - Movimento Tapajós Vivo
 - Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA)
 - Núcleo de Educação Popular "Raimundo Reis" (NEP)
 - Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil
 - ONG Floresta Viva
 - Operação Amazônia Nativa (Opan)
 - Organização de Mulheres Indígenas do Acre Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (SITOAKORE)

- Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI)
 - Pastoral Indigenista (RO)
 - Povo Cigano
 - Quilombo Braço Forte
 - Rede de Agroecologia do Maranhão
- Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira (Pantaneiros - CNPCT)
 - Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (REARN)
 - Rede Sementes da Vida
 - Rede Sergipana de Agroecologia
- Sapoqui Rede de Saberes dos Povos Quilombolas Zona da Mata Mineira
 - Setorial Racial do Partido dos Trabalhadores
 - Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Monte Alegre
- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Brotas de Macaúbas (BA)
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mojuí dos Campos
 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém
 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alenquer (PA)
 - Sociedade de Arqueologia Brasileira
- Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA)
 - SOS Chapada dos Veadeiros
 - Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
 - Fórum das Comunidades e Povos Tradicionais do Ceará
 - Instituto Cigano do Brasil / ICB
 - Fórum Mineiro de Entidades Negras / FOMENE
- Geraizeiros, segmento Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
- Ribeirinhos, segmento Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
 - Fundo Fecho de Pasto, segmento Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
- Retireiros, segmento Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
- Pantaneiros, segmento Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
 - Extrativistas Costeiros e Marinhos, segmento Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
 - Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES)
- Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APATO)
 - Amor em Doar
 - Articulação Quilombo Liberdade
 - Associação Agroecológica Tijupá
 - Associação Alternativa Terrazul
 - Associação Brasileira de Ensino de Biologia

- Associação Comunitária da Aldeia Águas Correntes
- Associação Comunitária de Fundo e Fecho de Pasto de Fazenda Traíra (Jaguarari, BA)
 - Associação Cultural Afefé Odara Omi Aye Didá
 - Associação dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente
- Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional)
 - Cáritas Brasileira (Regional Norte 2)
 - Cáritas Diocesana de Tocantinópolis
- Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais (CAIS)
- Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)
- Choupana São Lazaro de Mãe Preta "Yaos da Guiança Espiritual do Território Quilombola de Abacatal"
 - Coletivo Mulheres Caiçaras
- Coletivos das Comunidades Fundo e Fecho de Pastos
 - Collectif Alerte France Brésil / MD18
- Comissão Episcopal pela Ecologia Integral e Mineração/ Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
 - Companhia Te-Atuar
- Comunidade Kilombola Morada da Paz Território de Mãe Preta (CoMPaz)
 - Consea (RS)
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo
 - Ecopantanal
 - Escola Caririense de Permacultura (EsCaPe)
 - Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (MT)
- Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)
 - Fundação Grupo Esquel Brasil
 - Grupo Arareau
 - Grupo Carta de Belém
 - Grupo Semente (MT)
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
- Instituto Amazônico de Planejamento Gestão Urbana e Ambiental
 - Instituto Cultural e Educacional Fazendo o Bem
 - Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)
 - Instituto Maíra
 - Instituto Missões Consolata
 - Instituto Socioambiental (ISA)
 - Instituto Uruçu
 - Interreligioso do ABC
 - Movimento Ciência Cidadã

- Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA)
 - Pacto das Águas
- Para Um Novo Começo - Centro Político Marxista
 - Pastorais Sociais
- Rede Mutum - Articulação Alagoana de Agroecologia
 - Resex Mapuá
- Rios de Encontro - Instituto Transformance: Cultura & Educação
 - Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia (AFES)
- Sindicato dos Trabalhadores Telefônicos do Estado de Mato Grosso (SINTTELMT)
 - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro (Sindisep)
 - Slow Food Brasil
- Sociedade para Pesquisa e Proteção ao Meio Ambiente (SAPOPEMA)
 - Terra de Direitos
 - União dos Moradores da Jureia
 - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
 - Associação Afrobrasileira de Cultura ALAGBA
- FIAN Brasil / Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
 - Caritas Brasileira Regional Maranhão
 - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

